AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através de Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO - CNPJ Nº 02.670.658/0001-36, destinados à dar continuidade ao auxílio a Entidade nos serviços de emergência, execução de serviços de combate a incêndios, buscas, segurança, salvamentos e defesa civil, busca, salvamentos, resgate em altura, aquático e veicular e apoio ao Sistema de Defesa Civil entre outras no âmbito do território municipal de Tupandi.

§ 1º O instrumento jurídico pactuado guardará pertinência com as atividades, projetos e objetivos definidos na proposta/plano de trabalho apresentado pela entidade e a execução da parceria será desenvolvida em regime de mútua cooperação.

§ 2º Em cumprimento aos preceitos legais cogentes da Lei Federal nº [13.019/2014](#), o Poder Executivo poderá ajustar as disposições e/ou termos de ajuste.

Art. 2º Caberá à Entidade parceira cumprir as atividades, metas e objetivos que deverão constar do Termo de Fomento e Plano de Trabalho que será celebrado entre o Município e a ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO.

Art. 3º A participação financeira do Município será de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) anuais, nos termos de condições constantes do Plano de Trabalho que comporá o Termo de Fomento a ser celebrado.

§ 1º O valor disposto no caput será reajustado anualmente, pela variação do IPCA.

§ 2º O prazo de vigência da Parceria a ser celebrada será pelo período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2025, podendo ser prorrogado, desde que entabulado em obediência aos ditames e limites temporais legais.

Art. 4º São deveres da Entidade beneficiada:

I - movimentar os recursos constantes da presente Lei, através de conta bancária específica destinada à aplicação dos recursos nesta Lei autorizados;

II - prestar contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela;

III - empregar os recursos no objeto do Plano de Trabalho;

Art. 5º O repasse do valor previsto no art. 1º será efetuado de forma parcelada, de acordo com a solicitação da Entidade beneficiada.

§ 2º A falta de prestação de contas de uma parcela suspenderá novos repasses até a regularização da prestação de contas pendente.

Art. 6º O repasse será concedido durante o ano de 2025, podendo o Termo de Parceria ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses e mediante aprovação de Plano de Trabalho específico.

Art. 7º O Termo de Parceria será celebrado na forma prevista na Lei Federal nº [13.019/2014](#).

Art. 8º Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº [13.019/2014](#), com vistas a celebração da parceria de que trata essa Lei, é reconhecida como inexigível o chamamento público.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SMAD - Administração

06.181.1003.2102 - Segurança Pública

3.3.3.90.39.05.00.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPANDI, RS,

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2025.

PAULINHO LUDWIG

Prefeito Municipal

MENSAGEM

Encaminhamos o presente Projeto de Lei nº 29/2025 que **AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Objetivo do presente projeto é autorizar a celebração de Termo de Parceria com Bombeiros Voluntários de Bom Princípio com objeto de autorizar que o Executivo Municipal possa repassar uma verba de até R\$ 84.000,00 anuais à ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO - CNPJ Nº 02.670.658/0001-36, destinados à dar continuidade ao auxílio à entidade nos serviços de emergência, execução de serviços de combate a incêndios, buscas, segurança, salvamentos e defesa civil, entre outras atividades no âmbito do território municipal de Tupandi.

O Município não conta com Corpo de Bombeiros e manter a estrutura necessária para implementar esse serviço no município demandaria um investimento muito elevado. Ainda, os serviços constantes do Plano de Trabalho, na sua maioria, são de origem técnica, e no período de 24 horas, não sendo razoável sua criação e manutenção pela Prefeitura Municipal de Tupandi, como um ou mais órgãos municipais, devido ao elevado custo com aquisições de toda a estrutura, veículos e principalmente, mão de obra.

O repasse tem a finalidade de que a entidade possa continuar com as prestações desses serviços, que atualmente encontra-se habilitado e perfeitamente estruturado e se enquadra no perfil, que já vem se desenvolvendo ao nosso Município a muitos anos e, a estrutura do Corpo de Bombeiros já é existente desde o ano de 1998, inclusive com o reconhecimento de utilidade pública por este.

Assim sendo, solicitamos a aprovação ao Projeto de Lei incluso e pedimos a aprovação do presente Projeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUPANDI, RS,

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2025.

PAULINHO LUDWIG

Prefeito Municipal